

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Agostinho Patrus – PV
1º-Vice-Presidente: deputado Antonio Carlos Arantes – PSDB
2º-Vice-Presidente: deputado Cristiano Silveira – PT
3º-Vice-Presidente: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
1º-Secretário: deputado Tadeu Martins Leite – MDB
2º-Secretário: deputado Carlos Henrique – PRB
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – PTB

SUMÁRIO

- 1 – ATAS**
 - 1.1 – 38ª Reunião Ordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 19ª Legislatura
 - 1.2 – Comissões
- 2 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO**
 - 2.1 – Plenário
 - 2.2 – Comissões
- 3 – TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES**
- 4 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA**
- 5 – ERRATAS**



ATA DA 38ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 9/5/2019

Presidência do Deputado Antonio Carlos Arantes

Sumário: Comparecimento – Abertura – 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata – Correspondência: Ofício – 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Projeto de Lei Complementar nº 7/2019; Projetos de Lei nºs 708, 709 e 711/2019; Requerimentos nºs 1.074 a 1.081 e 1.083 a 1.085/2019; Requerimentos Ordinários nºs 455, 462 e 464/2019 – Oradores Inscritos: Discursos dos deputados André Quintão, Guilherme da Cunha, Professor Cleiton, Doutor Jean Freire, Elismar Prado e Bruno Engler – Encerramento.

Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Agostinho Patrus – Antonio Carlos Arantes – Cristiano Silveira – Alencar da Silveira Jr. – Tadeu Martins Leite – Carlos Henrique – Arlen Santiago – Ana Paula Siqueira – André Quintão – Andréia de Jesus – Bartô – Betinho Pinto Coelho – Braulio Braz – Bruno Engler – Cássio Soares – Celinho Sintrocetel – Charles Santos – Cleitinho Azevedo – Delegada Sheila – Delegado Heli Grilo – Doorgal Andrada – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Duarte Bechir – Elismar Prado – Fernando Pacheco – Glaycon Franco – Guilherme da Cunha – Gustavo Mitre – Gustavo Valadares – Hely Tarquínio – Inácio Franco – Ione Pinheiro – João Leite – João Magalhães – João Vítor Xavier – Laura Serrano – Leandro Genaro – Léo Portela – Marília Campos – Marquinho Lemos – Mauro Tramonte – Neilando Pimenta – Noraldino Júnior – Osvaldo Lopes – Professor Cleiton – Professor Irineu – Professor Wendel Mesquita – Raul Belém – Repórter Rafael Martins – Roberto Andrade – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Thiago Cota – Tito Torres – Ulysses Gomes – Virgílio Guimarães – Zé Guilherme.

Abertura

O presidente (deputado Antonio Carlos Arantes) – Às 14h4min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

Ata

– A deputada Laura Serrano, 2ª-secretária *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Correspondência

– O deputado Doutor Jean Freire, 1º-secretário *ad hoc*, lê a seguinte correspondência:

OFÍCIO

Do Sr. Lucio Fernando Borges, presidente do Crea-MG, indicando representante institucional para compor a Comissão de Agropecuária desta Casa. (– À Comissão de Transporte.)

2ª Fase (Grande Expediente)

Apresentação de Proposições

O presidente – A presidência passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Grande Expediente.

– Nesta oportunidade, são encaminhadas à presidência as seguintes proposições:

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 7/2019

Altera a lei complementar nº5.301 de 16 de outubro de 1969 que regulamentar o Estatuto dos Militares do Estado de Minas Gerais e dá outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – O Art. 61 da Lei complementar nº 5.301 de 16 de outubro de 1969 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 61 – A gratificação de tempo integral de serviço é devida ao policial-militar, em face de sua disponibilidade para o serviço público, a qualquer hora do dia ou da noite, nos termos do artigo 15 deste Estatuto, podendo exercer outra atividade remunerada em entidade pública ou privada desde que haja compatibilidade de horário mais priorizando o serviço de policial militar”.

Art. 2º – Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 8 de maio de 2019.

Deputado Alencar da Silveira Jr. (PDT)

Justificação: Esta Lei busca regulamentar uma realidade fática no Estado de Minas Gerais por muitos policiais militares já realizarem esta atividade de maneira irregular e sem amparo legal conhecido como (BICO) sem perda para a atividade de policial militar.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Segurança Pública para parecer, nos termos do art. 192, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 708/2019

Dispõe sobre formas de financiamento para o artesanato mineiro.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Com a finalidade fomentar o setor artesanal mineiro, o Poder Público deverá garantir formas de financiamento, incentivos fiscais e auxílios econômicos para a expansão da atividade artesanal, através de suas instituições financeiras e administrativas, na forma que se segue e em instrumentos a serem posteriormente criados.

Art. 2º – Fica autorizada a criação do Fundo Estadual de Fomento ao Artesanato do Estado de Minas Gerais, com a finalidade de apoiar financeiramente ações e atividades voltadas à promoção, em âmbito estadual, do artesanato e do artesanato que esteja regularmente cadastrado no Programa do Artesanato Brasileiro (PAB) e possua a Carteira Nacional do Artesão.

Art. 3º – Constituem receitas do Fundo do Programa do Artesanato do Estado de Minas Gerais:

I – dotações orçamentárias do Estado;

II – receitas oriundas de convênios;

III – receitas oriundas de taxas estaduais criadas para este fim específico;

IV – receitas decorrentes de utilização de espaços públicos destinados à comercialização de produtos artesanais;

V – contribuições, incentivos, doações, auxílios, subvenções, financiamentos, transferências, legados e recursos oriundos de entidades públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras, inclusive de pessoas físicas;

VI – receitas financeiras decorrentes da aplicação de seus recursos;

VII – outros recursos que lhe venham a ser destinados.

Art. 4º – Autoriza o Banco de Desenvolvimento do Estado de Minas Gerais – BDMG – e as demais instituições financeiras estaduais a estabelecerem condições diferenciadas de acesso às linhas de crédito para artesãos que possuam a Carteira Nacional do Artesão, mediante regulamentação específica.

§ 1º – As condições a que se refere o caput devem se pautar pela promoção, incentivo e fomento do artesanato considerando as características regionais, econômicas e sociais dos artesãos, além dos seguintes requisitos:

I – Valores mínimos proporcionais às dimensões das atividades exercidas e à situação econômica do artesão;

II – Taxas e juros inferiores às do mercado ou que possibilitem o acesso ao crédito por parte de artesãos com baixa renda;

III – Possibilidade de concessão de crédito para Microempreendedor Individual.

Sala das Reuniões, 7 de maio de 2019.

Deputado Cristiano Silveira (PT)

Justificação: O artesanato é uma atividade que traduz a riqueza e a diversidade cultural de nosso Estado. Em Minas Gerais, o número estimado de pessoas que vivem da produção de artesanato é de cerca de 300 mil. Considerando o potencial produtivo e a capacidade criativa do artesanato mineiro, pode-se afirmar que o setor do artesanato contribui para o desenvolvimento econômico do estado, além de apresentar grande perspectiva de crescimento. Nesse sentido, em consonância com o PPAG, o Plano Estadual de Cultura e o Plano Quadrienal de Desenvolvimento do Artesanato Mineiro, é necessário aprimorar as formas de financiamento existentes para o setor.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, de Cultura e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 709/2019

Declara de utilidade pública o Instituto Florescendo Vidas, com sede no Município de Ibirité.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarado de utilidade pública o Instituto Florescendo Vidas, com sede no Município de Ibirité.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 8 de maio de 2019.

Deputado Gustavo Santana (PR)

Justificação: Atualmente, o Instituto atende 15 crianças em situação de vulnerabilidade social, até 4 anos de idade, no horário de 7h às 17h. Elas passam todo o dia no local, onde é oferecido alimentação e acompanhamento pedagógico e psicológico.

O objetivo do Instituto é aumentar o número de crianças acolhidas, além de disponibilizar oficinas de esportes e de outras modalidades cultural para ampliar o leque de atendimento e incentivar a inclusão social.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 711/2019

Dispõe sobre a instalação de câmera de vídeo nas escolas da rede pública e privada de ensino.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – É obrigatória a instalação de sistema de monitoramento eletrônico com captação e gravação de imagens nas salas de aula da rede pública e privada de educação infantil e ensino fundamental até o 5º ano.

Parágrafo único – O monitoramento de que trata o caput é facultado nas salas de ensino fundamental a partir do 6º ano.

Art. 2º – Os equipamentos de monitoramento devem permanecer visíveis e fixos, incapazes de captação de som, com baixa resolução de imagem, apenas para permitir a identificação de pessoas naquele ambiente, sendo incapazes de transmitir dados para monitoramento em tempo real, sendo vedados o encaminhamento das imagens a terceiros salvo autorização judicial.

Art. 3º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 8 de maio de 2019.

Deputado Tadeu Martins Leite, 1º-Secretário (MDB)

Justificação: O objetivo primordial da proposição é reforçar a segurança da comunidade escolar, professores e alunos. O monitoramento não compromete a liberdade de ensinar ou a autonomia do professor, não limita a sua atuação pedagógica nem as relações entre os seus alunos. A presença de equipamentos de monitoramento e segurança faz parte da rotina de qualquer pessoa que habita as cidades brasileiras. Tanto que a previsão é que os equipamentos capturem imagens em baixa resolução, a ponto, apenas, de identificar pessoas se ocorrem furtos, vandalismo ou agressões naquele ambiente. É inquestionável a importância de que se reveste a existência de um sistema de monitoramento por câmeras em matéria de segurança pública.

A colocação de câmeras de vídeo atende a um duplo propósito: exerce um inegável efeito intimidativo sobre aqueles que se inclinam à prática de atos infracionais, cumprindo, assim, uma finalidade preventiva; e também auxilia na função repressiva, sendo que muitas vezes é possível esclarecer tanto a materialidade quanto a autoria de atos delituosos. É inegável o fato de que a violência no âmbito escolar tem alcançado níveis alarmantes, o que demanda iniciativas do poder público no sentido de combatê-la.

A questão da segurança pública segundo preceito constitucional é dever do Estado e direito e responsabilidade de todos, sendo exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio. A Constituição mineira estabelece, em seu art. 2º, inciso V, que é um dos objetivos prioritários do Estado criar condições para a segurança e a ordem públicas. Cite-se ainda o art. 10, inciso VI, segundo o qual compete ao Estado manter e preservar a segurança e a ordem públicas e a incolumidade da pessoa e do patrimônio. O projeto ora proposto busca desenvolver os dispositivos constitucionais, conferindo-lhes maior densidade normativa.

– Semelhante proposição foi apresentada anteriormente pelo deputado Noraldino Júnior. Anexe-se ao Projeto de Lei nº 2.711/2015, nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno.

REQUERIMENTOS

Nº 1.074/2019, da deputada Delegada Sheila, em que requer seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Juiz de Fora pedido de providências para que se realizem melhorias nas calçadas da Avenida Brasil, com relação a calçamento e a capina. (– À Comissão de Transporte.)

Nº 1.075/2019, do deputado Professor Irineu, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – Setop –, ao governador do Estado e ao Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DEER-MG – pedido de providências para retomada das obras de requalificação urbana, ambiental e de controle de cheias do Córrego Riacho das Pedras, no cruzamento da Rua Rio Volga com a Avenida Francisco Firmo de Matos, nos Municípios de Contagem e Belo Horizonte. (– À Comissão de Transporte.)

Nº 1.076/2019, do deputado Professor Wendel Mesquita, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Ten.-Cel. PM Fábio de Oliveira Almeida, comandante do 22º Batalhão da Polícia Militar de Minas Gerais, pelos excelentes resultados obtidos no primeiro quadrimestre de 2019, entre eles a conquista do 1º lugar da 3ª fase da Operação BH Mais Segura. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 1.077/2019, do deputado Delegado Heli Grilo, em que requer seja formulado voto de congratulações com a equipe da Delegacia de Homicídios e Proteção à Pessoa da 1ª Delegacia Regional de Polícia Civil de Uberaba pela ocorrência, em Goiatuba (GO), que resultou no cumprimento do mandado de prisão temporária de T. N., um dos suspeitos de ser o mandante de dupla tentativa de homicídio. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 1.078/2019, do deputado Cristiano Silveira, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Educação pedido de informações sobre os Memorandos SEE/Sead nº 4/2019 e 8/2019, que estabelecem a necessidade de aprovação prévia da SEE para que servidores públicos da educação participem de determinados eventos, uma vez que tal diretiva viola as liberdades sociais e políticas estabelecidas na Constituição Federal. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 1.079/2019, do deputado Gustavo Mitre, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Arquidiocese de Belo Horizonte e com Dom Walmor Oliveira de Azevedo por sua eleição como presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB. (– Semelhante proposição foi apresentada anteriormente pelo deputado João Vítor Xavier. Anexe-se ao Requerimento nº 1.047, nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno.)

Nº 1.080/2019, da Comissão do Trabalho, em que requer seja formulada manifestação de apoio à manutenção, pela Petrobras, dos trabalhos da Usina Darcy Ribeiro, localizada no Município de Montes Claros.

Nº 1.081/2019, do deputado Douglas Melo, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para o pagamento do saldo de férias-prêmio convertidos em espécie aos profissionais aposentados da educação no Estado, que têm o direito de recebê-lo. (– À Comissão de Educação.)

Nº 1.083/2019, da Comissão de Minas e Energia, em que requer seja encaminhado à Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração – CBMM – pedido de informações sobre a exploração de nióbio no Município de Araxá, nos últimos cinco anos, especialmente os balanços publicados nesse período, o detalhamento dos custos de produção por tonelada, o volume de vendas de nióbio e as notas fiscais emitidas, o demonstrativo dos valores declarados à Receita Estadual e o demonstrativo dos valores repassados à Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – Codemig.

Nº 1.084/2019, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais civis que atuaram na ocorrência, em 2/5/2019, em Belo Horizonte, que resultou na prisão de uma quadrilha suspeita de atuar no tráfico de drogas e em lavagem de dinheiro e na apreensão de mais de um milhão de reais em espécie e de quatro carros de luxo. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 1.085/2019, da Comissão de Meio Ambiente, em que requer seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Lagoa Santa pedido de providências para que seja implantado manejo ético populacional, monitoramento e acompanhamento médico-veterinário das capivaras que habitam a orla da lagoa da cidade.

REQUERIMENTOS ORDINÁRIOS

Nº 455/2019, da deputada Marília Campos, em que requer seja o Projeto de Lei nº 4.880/2017 distribuído à Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher para parecer.

Nº 462/2019, do deputado João Leite e outros, em que requerem a convocação de reunião especial para comemorar os 71 anos da criação do Estado de Israel.

Nº 464/2019, do deputado Sargento Rodrigues e outros, em que requerem seja apreciado pelo Plenário o parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 1.225/2015.

Oradores Inscritos

– Os deputados André Quintão, Guilherme da Cunha, Professor Cleiton, Doutor Jean Freire, Elismar Prado e Bruno Engler proferem discursos, que serão publicados em outra edição.

Encerramento

O presidente – A presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a especial de segunda-feira, dia 13, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 17/4/2019

Às 10h55min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Repórter Rafael Martins, João Vítor Xavier, Guilherme da Cunha, Leonídio Bouças e Ulysses Gomes, membros da supracitada comissão. Estão presentes também os deputados Antônio Carlos Arantes, Bosco e Tito Torres. Havendo número regimental, o presidente, deputado Repórter Rafael Martins, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. O deputado Guilherme da Cunha se abstém de assinar a ata. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater a situação atual de exploração de nióbio realizada pela Companhia Mineradora do Pirocloro de Araxá – Comipa. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 1.258, 1.396 e 1.525/2019. São recebidos pela presidência, para posterior apreciação, os seguintes requerimentos:

nº 1.526/2019, dos deputados João Vítor Xavier, Ulysses Gomes e Leonídio Bouças, em que requerem seja convocado o presidente da Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – para debater a prestação de serviços da companhia em Matias Barbosa;

nº 1.538/2019, dos deputados Ulysses Gomes, Tito Torres, Leonídio Bouças e Repórter Rafael Martins, em que requerem seja encaminhado à Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração – CBMM – pedido de informações sobre a exploração de nióbio no Município de Araxá, nos últimos cinco anos, especialmente os balanços publicados nesse período, o detalhamento dos custos de produção por tonelada, o volume de vendas de nióbio e as notas fiscais emitidas, o demonstrativo dos valores declarados à Receita e o demonstrativo dos valores repassados à Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – Codemig.

Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa os Srs. Marco Antônio Castelo Branco, ex-presidente da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – Codemig – e Ricardo Luiz de Araújo de Oliveira, ex-presidente da Companhia Mineradora do Pirocloro de Araxá – Comipa. A presidência concede a palavra ao deputado Ulysses Gomes, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 8 de maio de 2019.

Repórter Rafael Martins, presidente – Ulysses Gomes – Tito Torres.

ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 24/4/2019

Às 9h34min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Beatriz Cerqueira e os deputados Betão e Bartô, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidenta, deputada Beatriz Cerqueira, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a discussão e votação, é aprovado o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 5.314/2018. Registra-se, neste momento, as presenças dos deputados Coronel Sandro e Professor Cleiton. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 52/2019, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao Ministério Público pedido de providências para que sejam apuradas denúncias de irregularidades no processo de designação realizado pela Secretaria de Educação para o exercício de 2019, especialmente na área de educação especial;

nº 214/2019, do deputado Coronel Henrique, em que requer seja realizada audiência pública para debater a criação, no Estado, das escolas cívico-militares como modelo de escola de alto nível, com base nos padrões de ensino e modelos pedagógicos empregados nos colégios militares do Exército, das polícias militares e dos bombeiros militares, para os ensinos fundamental e médio, bem como a adesão progressiva do modelo proposto às escolas estaduais existentes, de forma a garantir uma educação de qualidade e a formação integral do estudante mineiro;

nº 1.428/2019, da deputada Beatriz Cerqueira e dos deputados Betão, Professor Cleiton e Coronel Sandro, em que requerem seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Administração Pública para debater os impactos da reforma da

Previdência, com a presença dos proponentes da Proposta de Emenda à Constituição nº 6/2019 e membros das Comissões de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados;

nº 1.453/2019, do deputado Zé Guilherme, em que requer seja formulada manifestação de protesto contra a Secretaria de Estado de Educação pela decisão de encerrar o atendimento de grande parte das escolas com educação integral e integrada no Estado (registra-se voto contrário do deputado Coronel Sandro);

nº 1.478/2019, do deputado Mauro Tramonte, em que requer seja encaminhado ao Ministério da Educação – MEC – pedido de providências para o envio imediato de socorro aos estudantes mineiros, através de recursos financeiros ao Estado, para a manutenção da escola de tempo de integral, haja vista que o governo do estado já anunciou que 1.140 escolas não terão mais o ensino em tempo integral, deixando de atender a 81 mil estudantes em todo o Estado;

nº 1.490/2019, do deputado Coronel Sandro, em que requer seja encaminhado ao presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – Fapemig – pedido de informações, com dados completos, sobre o valor do gasto em financiamento de pesquisas e projetos nos últimos oito anos; projetos e pesquisas financiados nesse período e respectivos nomes dos responsáveis e beneficiados pelo financiamento; os resultados obtidos dessas pesquisas e projetos; e se existem pesquisas ou projetos, referentes ao período acima mencionado, financiados fora do estado ou do país (emendado pela deputada Beatriz Cerqueira);

nº 1.492/2019, do deputado Zé Reis, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – em Belo Horizonte pedido de providências para a permanência da Escola Estadual Caio Martins no programa de educação integral de 2019;

nº 1.591/2019, do deputado Gil Pereira, em que requer seja realizada audiência pública para debater os cursos do Programa Brasil Profissionalizado nos Municípios de Bocaiuva, Brasília de Minas, Espinosa, Grão-Mogol, Janaúba, Joáima, Monte Azul, Taiobeiras, Lagoa Santa, Ibirité, Pompéu e Manga;

nº 1.610/2019, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada visita às escolas estaduais e municipais do Município de Itabirito, para verificar as condições de segurança da comunidade escolar, tendo em vista o risco de rompimento de uma das barragens do complexo minerário de Forquilhas I, II e III, localizado no Município de Ouro Preto;

nº 1.611/2019, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência pública para o lançamento da Frente Parlamentar em Defesa da Ciência, Pesquisa e Tecnologia;

nº 1.613/2019, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada visita à Escola Estadual Maria Rita Duarte, no Município de Juatuba, para verificar as condições de segurança da comunidade escolar, tendo em vista a tentativa de assassinato sofrida pelo diretor da escola no dia 17/4/2019;

nº 1.633/2019, do deputado Zé Guilherme, em que requer seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência para debater a inclusão escolar das pessoas com deficiência;

nº 1.634/2019, dos deputados Betão e Professor Cleiton, em que requerem seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Segurança Pública para debater as atribuições dos vigilantes nas escolas públicas estaduais e avaliar a adequação do contingente da Polícia Militar para garantir a segurança no interior dessas escolas;

nº 1.635/2019, dos deputados Bartô, Betão, Coronel Sandro e Professor Cleiton e da deputada Beatriz Cerqueira, em que requerem seja realizada audiência de convidados para debater o processo de certificação de superintendentes regionais de ensino, realizado no âmbito do programa Transforma Minas;

nº 1.638/2019, do deputado Professor Cleiton, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para que mantenha o funcionamento regular da Escola Estadual Professor Fábio Salles, localizada no Município de Varginha.

Registra-se a saída dos deputados Bartô e Coronel Sandro. A presidência, nos termos do § 4º do art. 131 do Regimento Interno, destina esta fase da reunião para ouvir os cidadãos presentes. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Vera Lúcia Reis Zambelli, diretora da Escola Estadual Professor Francisco Faria; Dilza Mônica de Carvalho, diretora da Escola Estadual Professor Fábio Salles; Rafaela Maria Figueiredo Caldas, professora da Escola Estadual Professor Fábio Salles; e Cláudia Nunes dos Reis, mãe de aluno da Escola Estadual Professor Fábio Salles; e os Srs. João Kennedy Ribeiro, vereador da Câmara Municipal de Juiz de Fora; Gustavo Alvarenga Peixoto Santos, aluno da Escola Estadual Professor Fábio Salles; Mário de Assis, assessor executivo da Associação dos Professores Públicos de Minas Gerais – APPMG; e Flávio Alberto do Nascimento, representante dos vigilantes das escolas de Minas Gerais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Passa-se à 2ª Fase da 3ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento e a votação de requerimentos da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 1.636/2019, da deputada Beatriz Cerqueira e dos deputados Betão e Professor Cleiton, em que requerem seja realizada visita à Secretaria de Estado de Educação para discutir com a secretária dessa pasta a situação da Escola Estadual Professor Francisco Faria, localizada no Município de Juiz de Fora;

nº 1.637/2019, da deputada Beatriz Cerqueira e dos deputados Betão e Professor Cleiton, em que requerem seja realizada visita à Escola Estadual Professor Francisco Faria, no Município de Juiz de Fora, para verificar suas condições de funcionamento;

nº 1.639/2019, da deputada Beatriz Cerqueira e dos deputados Betão e Professor Cleiton, em que requerem seja formulado voto de congratulações com a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação – CNTE – pela realização da 20ª Semana Nacional em Defesa e Promoção da Educação Pública.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 7 de maio de 2019.

Beatriz Cerqueira, presidente – Bartô – Professor Cleiton.

ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 24/4/2019

Às 16h2min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Bartô, Cleitinho Azevedo e Elismar Prado, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Bartô, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação, em turno único, do Projeto de Lei nº 717/2015, na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, e com a Emenda nº 1, com voto contrário do deputado Bartô (relator: deputado Cleitinho Azevedo), e, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.333/2015, na forma do Substitutivo nº 1 ao vencido em 1º turno (relator: deputado Bartô). Registra-se a presença do Sargento Rodrigues (substituindo o deputado Doutor Wilson Batista, por indicação da liderança do BLP). O parecer sobre o Projeto de Lei nº 566/2015, no 1º turno, deixa de ser apreciado em virtude de solicitação de prazo regimental pelo relator, deputado Elismar Prado (em razão de redistribuição). Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 944/2015 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: deputado Elismar Prado, em razão de redistribuição). Retira-se o deputado Sargento Rodrigues. Após discussão e votação, são aprovados os pareceres pela aprovação, em 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 2.035/2015 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: deputado Cleitinho Azevedo, em razão de redistribuição), e 2.253 e

3.065/2015, ambos na forma do Substitutivo nº 1 (relator: deputado Elismar Prado), todos com voto contrário do deputado Bartô. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 848/2019. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 1.409/2019, do deputado Doutor Wilson Batista, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para que seja cumprido o prazo de até sessenta dias para o início do tratamento de paciente com neoplasia maligna, conforme estabelecido na Lei Federal 12.732, de 2012, bem como o prazo de até trinta dias para acesso aos exames para diagnóstico em caso de suspeita da referida doença, de acordo com o disposto na Lei nº 22.433, de 2016;

nº 1.568/2019, do deputado Alencar da Silveira Jr., em que requer seja realizada audiência pública para debater a cobrança de taxa de bagagem pelas companhias aéreas e o aumento de tarifas;

nº 1.569/2019, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Defensoria Pública de Minas Gerais – DPMG –, à Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Minas Gerais – OAB-MG – e ao Movimento das Donas de Casa e Consumidores de Minas Gerais pedido de providências para que seja avaliada a possibilidade de se realizar parceria, com a finalidade de oportunizar atendimento jurídico aos cidadãos que buscam esse serviço junto ao Movimento das Donas de Casa e Consumidores de São José da Lapa;

nº 1.592/2019, do deputado Mauro Tramonte, em que requer seja encaminhado ao Programa Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor – Procon-MG – pedido de providências com vistas a apurar as denúncias dos usuários do metrô quanto à superlotação dos trens, a qual gera desconforto e insegurança nas viagens, no momento em que, contraditoriamente, ocorre o aumento da tarifa de passagens;

nº 1.648/2019, do deputado Tadeu Martins Leite, em que requer seja encaminhado à Vivo pedido de providências, anexando-se o ofício do Sr. Pedro Gil Cardoso Vieira, vereador da Câmara Municipal de João Pinheiro, para a melhora do sinal de transmissão da empresa nesse município;

nº 1.649/2019, do deputado Douglas Melo, em que requer seja realizada audiência pública para debater os valores cobrados pelo litro de álcool combustível, diesel e gasolina no Município de Sete Lagoas.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 8 de maio de 2019.

Bartô, presidente – Elismar Prado – Sargento Rodrigues.

ATA DA 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 30/4/2019

Às 10h15min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Carlos Pimenta, Doutor Jean Freire, Doutor Paulo e Zé Reis (substituindo o deputado Doutor Wilson Batista, por indicação da liderança do BLP), membros da supracitada comissão. Estão presentes também os deputados Bosco e Mauro Tramonte. Havendo número regimental, o presidente, deputado Carlos Pimenta, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, ouvir apresentação do relatório detalhado de informações pelo gestor do SUS no Estado, em cumprimento ao art. 36, § 5º, da Lei Complementar Federal nº 141, de 2012, que dispõe sobre normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com a saúde. A seguir, comunica o recebimento da

seguinte correspondência: ofícios dos Srs. Ederson Alves da Silva, vice-presidente do Conselho Estadual de Saúde, solicitando um momento de fala na comissão para que seja feito o lançamento da 9ª Conferência Estadual de Saúde; do deputado Agostinho Patrus, solicitando que a comissão indique à Mesa da Assembleia, até o dia de hoje, os temas a serem enfatizados na apresentação das autoridades estaduais que será realizada no mês de junho; e recebe também uma cópia do ofício da empresa Lumiar Healthcare, protocolado no Tribunal de Contas e no Ministério Público, que encaminha denúncia de suposto desvio de verbas públicas empenhadas nos contratos que especifica. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 3.318/2016, no 1º turno, (deputado Doutor Paulo) e 564/2019, em turno único, (deputado Hely Tarquínio). Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Júnia Guimarães Mourão Cioffi, presidente da Fundação Centro de Hematologia e Hemoterapia do Estado de Minas Gerais – Hemominas; Elisa de Deus Pascoal e Isabela Garcia Caldeira, técnicas da Assessoria de Planejamento da Secretaria de Estado de Saúde; Karina Nicoli Ribeiro, assessora de Planejamento, Gestão e Finanças da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais – Fhemig; Josely Ramos Pontes, promotora de justiça da 2ª Promotoria de Justiça de Defesa da Saúde, representando o promotor coordenador do CAO – Saúde; Lenira de Araújo Maia, diretora-geral da Escola de Saúde Pública; Lourdes Aparecida Machado, secretária-geral, e Fernanda Coelho Carvalho, 1ª diretora de comunicação, ambas do Conselho Estadual de Saúde; Cinara Rocha e Aline Ituassú de Souza, assessoras técnicas da Federassantas; e os Srs. Renato Almeida de Barros, diretor do Sindicato Único dos Trabalhadores da Saúde de Minas Gerais – Sind-Saúde; Júlio César Pereira de Souza, 2º secretário da mesa diretora do Conselho Estadual de Saúde de Minas Gerais; José do Carmo Fonseca, conselheiro e 2º diretor de comunicação do Conselho Estadual de Saúde; Rodrigo Souza Leite, vice-presidente da Fundação Ezequiel Dias – Funed; Ederson Alves da Silva, vice-presidente do Conselho Estadual de Saúde; Luiz Fernando Gonçalves Porto, superintendente de Planejamento, Gestão e Finanças da Escola de Saúde Pública; Eduardo Luiz da Silva, presidente do Conselho de Secretarias Municipais de Saúde de Minas Gerais – Cosems-MG; Narcélio Alves Costa, presidente do Colegiado dos Secretários Executivos dos Consórcios Intermunicipais de Saúde de Minas Gerais – Cosecs-MG; e Carlos Eduardo Amaral Pereira da Silva, secretário de Estado de Saúde. O presidente tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 8 de maio de 2019.

Carlos Pimenta, presidente – Doutor Wilson Batista – Doutor Paulo.

ATA DA 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DAS ENERGIAS RENOVÁVEIS E DOS RECURSOS HÍDRICOS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 30/4/2019

Às 14h20min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Gil Pereira, Betinho Pinto Coelho e Coronel Henrique, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Gil Pereira, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de ofício do Sr. Walter Cavalcante, deputado estadual do Ceará, publicado no *Diário do Legislativo* de 5/4/2019. Comunica também o recebimento de ofício do deputado Agostinho Patrus, presidente desta Casa, informando que serão realizadas no mês de junho as reuniões com comparecimento de autoridades estaduais às comissões para prestar informações sobre a gestão das respectivas secretarias, órgãos e entidades relativas ao primeiro quadrimestre de 2019. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 1.710/2019, dos deputados Gil Pereira, Coronel Henrique e Betinho Pinto Coelho, em que requerem seja realizada audiência de convidados, com a presença do presidente da Associação Brasileira de Armazenamento e Qualidade de Energia – Abaque –, para debater os estudos, pesquisas e ações em curso para o setor de armazenamento de energia;

nº 1.711/2019, dos deputados Gil Pereira, Coronel Henrique e Betinho Pinto Coelho, em que requerem seja realizada visita às obras de construção da subestação de energia elétrica de Janaúba e de extensão da linha de transmissão, num trecho de 945,20km, correspondente ao Estado Minas Gerais, que abrange por 24 municípios;

nº 1.712/2019, dos deputados Gil Pereira, Coronel Henrique e Betinho Pinto Coelho, em que requerem seja realizada audiência pública para debater, com a presença do ministro do Desenvolvimento Regional e do presidente da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf –, a revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco em Minas Gerais e o Projeto Jequitai;

nº 1.713/2019, dos deputados Gil Pereira, Coronel Henrique e Betinho Pinto Coelho, em que requerem seja realizada visita ao Centro Internacional de Energias Renováveis – Biogás – CIBiogás –, localizado no Parque Tecnológico Itaipu – PTI –, em Foz do Iguaçu (PR).

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 7 de maio de 2019.

Gil Pereira, presidente – Betinho Pinto Coelho – Tito Torres.

ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 30/4/2019

Às 14h37min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Léo Portela, Professor Irineu e Celinho Sintrocel, membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Dalmo Ribeiro Silva. Havendo número regimental, o presidente, deputado Léo Portela, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de ofício do Sr. Agostinho Patrus, presidente da Assembleia Legislativa do Estado, informando que foram agendadas para o mês de junho de 2019 as reuniões destinadas ao comparecimento de autoridades estaduais para prestar informações sobre a gestão das Secretarias de Estado e encaminhando rol de temas a serem apresentados nessas reuniões. Comunica também o recebimento de ofício do Sr. Juliano Ferreira, presidente da Câmara Municipal de Ouro Preto, publicado no *Diário do Legislativo* em 25/4/2019. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os seguintes pareceres: pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Resolução nº 7/2015 (relator: deputado Professor Irineu); e pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 5.035/2018 na forma do Substitutivo nº 1 da Comissão de Constituição e Justiça (relator: deputado Léo Portela). É convertido em diligência, a requerimento do respectivo relator, o Projeto de Lei nº 5.374/2018, no 1º turno, ao secretário de Estado de Transportes e Obras Públicas. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 818 e 845/2019. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. É recebido pela presidência, submetido a votação e aprovado o Requerimento nº 1.670/2019, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja realizada audiência pública para debater as condições da prestação de serviços do transporte intermunicipal e interestadual da Expresso Gardênia, em especial no Sul de Minas, sobretudo no que diz respeito ao estado da frota e à segurança e ao conforto dos usuários. São recebidos pela presidência, para posterior apreciação, os seguintes requerimentos:

nº 1.593/2019, do deputado Léo Portela, em que requer seja formulada manifestação de repúdio à Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU – pelo fato ocorrido em 23/4/2019, que envolveu seguranças e funcionários da referida companhia e profissionais e jornalistas do programa Alterosa Alerta, da TV Alterosa, que faziam reportagem ao vivo sobre decisão judicial que libera o aumento da tarifa do metrô;

nº 1.594/2019, do deputado Léo Portela, em que requer seja formulada manifestação de repúdio à Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU – em razão do fato, em 23/4/2019, em que se envolveram seguranças e funcionários da referida companhia e profissionais e jornalistas da TV Alterosa, programa Alterosa Alerta, que faziam reportagem ao vivo sobre a decisão judicial que libera o aumento da tarifa do metrô;

nº 1.665/2019, do deputado Léo Portela, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Transportes e Obras Públicas pedido de informações relativas a demandas apresentadas pela Câmara Municipal de Fortaleza de Minas sobre o termo aditivo de contrato firmado entre o governo do Estado e a concessionária Nascente das Gerais, para a construção de trevo e rotatória no acesso a Fortaleza de Minas, na Rodovia MG-050, bem como a previsão de data de início e duração da obra;

nº 1.666/2019, do deputado Léo Portela, em que requer seja encaminhado à concessionária Nascentes das Gerais, em Divinópolis, pedido de informações, em atendimento a ofício da Câmara Municipal de Fortaleza de Minas, relativas ao termo aditivo de contrato firmado entre o governo do Estado e essa concessionária para a construção de trevo e rotatória no acesso a Fortaleza de Minas, na Rodovia MG-050, bem como a previsão da data de início e o tempo de duração da obra;

nº 1.689/2019, do deputado Cristiano Silveira, em que requer seja encaminhado ao Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DEER-MG – pedido de providências com vistas à colocação de quebra-molas no trecho do Km 17 da Rodovia MG-420, em frente ao posto de combustível, devido ao grande número de acidentes ocorridos no local;

nº 1.708/2019, do deputado Fernando Pacheco, em que requer seja encaminhado ao Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DEER-MG – pedido de providências para a realização de serviços de manutenção e conservação na rodovia que dá acesso à cidade de Cataguases, especialmente no trecho que desemboca na Avenida Nicolau Siervi, na Vila Miranda.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 7 de maio de 2019.

Léo Portela, presidente – Professor Irineu – Cleitinho.

ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 30/4/2019

Às 16h5min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Laura Serrano e os deputados Thiago Cota e Fábio Avelar de Oliveira, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Thiago Cota, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de ofício do deputado Agostinho Patrus, presidente desta Casa, informando que a convocação dos secretários, regulamentada pela Deliberação da Mesa nº 2.705, de 2019, relativa ao primeiro quadrimestre de 2019, será realizado no próximo mês de junho e as reuniões serão organizadas de acordo com as competências das comissões e as atribuições das secretarias e que cada comissão poderá indicar à Mesa, até o dia 30/4/2019, temas a serem enfatizados na apresentação. Comunica também o recebimento de ofício, publicado no *Diário do Legislativo* em 25/4/2019, do Sr. Newton Cardoso Jr., presidente da Comissão de Turismo da Câmara dos Deputados. O presidente

acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projeto de Lei nº 944/2015, no 1º turno (deputado Glaycon Franco), Projeto de Lei nº 2.035/2015, no 1º turno (deputada Laura Serrano), Projetos de Lei nºs 468/2015, no 1º turno, e 5.069/2018, em turno único (deputado Thiago Cota), Projeto de Lei nº 3.065/2015, no 1º turno (deputado Virgílio Guimarães). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 859/2019, registrando-se voto contrário da deputada Laura Serrano e 862/2019. Registra-se a presença do deputado Virgílio Guimarães. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 1.531/2019. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 7 de maio de 2019.

Thiago Cota, presidente – Glaycon Franco – Virgílio Guimarães – Laura Serrano – Fábio Avelar.

ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 30/4/2019

Às 16h9min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Zé Guilherme, Coronel Henrique, Fábio Avelar de Oliveira e Mauro Tramonte, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Zé Guilherme, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de ofício do deputado Agostinho Patrus Filho, presidente da Assembleia Legislativa, comunicando o prazo de até o dia 30/4/2019 para o encaminhamento de sugestões de temas, em atenção à Deliberação da Mesa nº 2.705, de 2019, que dispõe sobre o comparecimento quadrimestral dos secretários de Estado, dirigentes das entidades da administração indireta e titulares de órgãos diretamente subordinados ao governador às comissões da Assembleia Legislativa para prestarem informações sobre a gestão das respectivas secretarias, entidades e órgãos, conforme disposto no art. 54 da Constituição do Estado. O presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 555/2019, em turno único, do qual designou como relator o deputado Coronel Henrique. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 7 de maio de 2019.

Zé Guilherme, presidente – Coronel Henrique – Mauro Tramonte.

ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DA BARRAGEM DE BRUMADINHO, NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 2/5/2019.

Às 9h38min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Beatriz Cerqueira e os deputados Gustavo Valadares, Sargento Rodrigues, André Quintão e Noraldino Júnior membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Gustavo Valadares, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes e determina a juntada das respectivas notas taquigráficas. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência de convidados, ouvir, na condição de investigados, os Srs. Makoto Namba e André Jum Yassuda, engenheiros da Tüv Süd Brasil, sobre o rompimento da Barragem da Mina do Córrego do Feijão, em Brumadinho, ocorrido em 25 de janeiro de 2019. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofícios dos Srs. Bruno Schneider Raslan, superintendente substituto da Polícia Rodoviária Federal em Minas Gerais, em resposta aos Requerimentos de Comissão nºs 825, 1.243 e 1020/2019, encaminhando

as conclusões da investigação sobre os fatos relacionados ao abate de animais ocorrido nas operações de resgate das vítimas do desastre decorrente do rompimento da Barragem da Vale – Mina do Córrego do Feijão, em Brumadinho; Dário Luiz da Rocha Lopes, diretor do Instituto de Criminalística, em resposta ao Requerimento de Comissão nº 1.454/2019, encaminhando a lista de equipamentos e insumos, previamente enviada à Vale, necessários para os trabalhos do instituto de criminalística e respondendo a outros questionamentos feitos pela comissão; Edgard Estevo da Silva, comandante-geral do Corpo de Bombeiros Militar, em resposta aos Requerimentos de Comissão nºs 798, 816, 822 e 829/2019, encaminhando a documentação solicitada; e Cristiano Jomar Costa Campelli, delegado da Polícia Federal, em resposta ao Requerimento de Comissão nº 909/2019, informando as providências adotadas durante as investigações e respondendo a outros questionamentos. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência de convidados. Registram-se as presenças dos deputados Bartô, Sávio Souza Cruz e Virgílio Guimarães. A presidência convida a tomar assento à mesa os Srs. Makoto Namba e André Jum Yassuda, engenheiros da Tüv Süd Brasil, acompanhados de seu advogado, Sr. Augusto de Arruda Botelho Neto. A presidência concede a palavra ao deputado André Quintão, relator da Comissão, para elaborar seus questionamentos. Logo após, passa a palavra aos demais deputados membros da comissão para que façam seus questionamentos. Em seguida, passa-se à 2ª Fase da 3ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento e a votação de requerimentos da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºa 1.668 e 1679/2019. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 1.731/2019, da deputada Beatriz Cerqueira e dos deputados Gustavo Valadares, Sargento Rodrigues, Noraldino Júnior e André Quintão, em que requerem sejam convocados, na condição de testemunhas, os Srs. Eiichi Pampulini Osawa, mecânico de mineração III da empresa Sotreq, e Edmar de Rezende, responsável pela detonação programada para ocorrer na cava da Mina do Córrego do Feijão, entre 11 e 12 horas do dia 25/1/2019, para prestarem esclarecimentos à comissão;

nº 1.732/2019, da deputada Beatriz Cerqueira e dos deputados Gustavo Valadares, Noraldino Júnior, Sargento Rodrigues e André Quintão, em que requerem seja encaminhado ao Crea-SP pedido de providências para que encaminhe a esta Casa cópia dos autos do procedimento administrativo em trâmite nesse órgão em que figuram como partes os Srs. Makoto Namba e André Yassuda;

nº 1.733/2019, dos deputados Gustavo Valadares, Bartô, Sargento Rodrigues, André Quintão e Noraldino Júnior, em que requerem seja encaminhado ao procurador-geral de justiça pedido de informações nas quais conste se os engenheiros da Tüv Süd Brasil responsáveis pelo atestado de condição de estabilidade da Barragem B1, em Brumadinho, cujo rompimento ocorreu em 25/1/2019, estão impedidos de exercer suas competências como engenheiros, inclusive de emitir laudos de condição de estabilidade de barragens, seja pela empresa Tüv Süd Brasil, seja por outra empresa;

nº 1.734/2019, da deputada Beatriz Cerqueira e dos deputados Sargento Rodrigues, Gustavo Valadares e Bartô, em que requerem seja convocado, na condição de testemunha, o Sr. Denis Valentim, da empresa Tüv Süd, para prestar esclarecimentos à comissão;

nº 1.735/2019, da deputada Beatriz Cerqueira e dos deputados André Quintão, Sargento Rodrigues, Noraldino Júnior, Bartô e Gustavo Valadares, em que requerem seja encaminhado ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerias – Crea-MG – pedido de informações consubstanciadas na relação das empresas habilitadas perante o conselho a prestar serviços de pesquisa, consultoria ou auditoria de segurança para a empresa Vale na Mina Córrego do Feijão;

nº 1.736/2019, da deputada Beatriz Cerqueira e dos deputados Noraldino Júnior, Sargento Rodrigues, Gustavo Valadares, André Quintão e Bartô, em que requerem seja encaminhado ao procurador-geral de justiça do Estado pedido de providências para que os técnicos do Ministério Público do Estado auxiliem na fiscalização *in loco* de todas as barragens da Vale cuja declaração de condição de estabilidade cabia à empresa Tüv Süd Brasil, a ser realizada pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e de Desenvolvimento Sustentável;

nº 1.737/2019, da deputada Beatriz Cerqueira e dos deputados Noraldino Júnior, Sargento Rodrigues, André Quintão, Gustavo Valadares e Bartô, em que requerem seja encaminhado à Agência Nacional de Mineração pedido de providências para que seja realizada fiscalização *in loco* de todas as barragens da Vale cuja declaração de condição de estabilidade cabia à empresa Tüv Süd Brasil;

nº 1.738/2019, da deputada Beatriz Cerqueira e dos deputados Noraldino Júnior, Sargento Rodrigues, André Quintão, Bartô e Gustavo Valadares, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de providências para que seja realizada fiscalização *in loco* de todas as barragens da Vale cuja declaração de condição de estabilidade cabia à empresa Tüv Süd Brasil;

nº 1.739/2019, da deputada Beatriz Cerqueira e dos deputados Noraldino Júnior, Sargento Rodrigues, Gustavo Valadares e Bartô, em que requerem seja encaminhado à Vale pedido de informações consubstanciadas em cópias de todos os contratos firmados por ela ou por empresas controladas por ela com a Tüv Süd Brasil ou com os Srs. André Jum Yassuda e Makoto Namba, bem como em documentação de todos os pagamentos realizados à referida empresa ou aos referidos senhores;

nº 1.740/2019, da deputada Beatriz Cerqueira e dos deputados Noraldino Júnior, Sargento Rodrigues, Gustavo Valadares e Bartô, em que requerem seja encaminhado à Tüv Süd Brasil pedido de informações consubstanciadas em documentação comprobatória das formas de contratação e dos valores da remuneração dos Srs. André Jum Yassuda e Makoto Namba, especialmente no tocante aos serviços prestados pelos referidos técnicos à Vale.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 9 de maio de 2019.

Gustavo Valadares, presidente – Cássio Soares – Glaycon Franco – André Quintão – Noraldino Júnior – Sargento Rodrigues.

ATA DA 5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 2/5/2019

Às 15h14min, comparece na Sala das Comissões a deputada Marília Campos, membro da supracitada comissão. Está presente, também, a deputada Laura Serrano. Havendo número regimental, a presidenta, deputada Marília Campos, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual considera aprovada, e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, conhecer as técnicas de defesa pessoal do Krav Magá e debater a sua aplicabilidade como proteção e defesa das mulheres vítimas de violência. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Cleide Pereira Santos, vítima, Ana Beatriz Veloso, representante de indústria farmacêutica, Letícia Vidal Gomes, jornalista, e Vanessa Martins Barbosa; e os Srs. Marcelo Santos Vianini, instrutor de Krav Magá, e Dionésio Mariose, professor da Federação Sul-Americana de Krav Magá. A presidência concede a palavra à deputada Laura Serrano, autora do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Registra-se a presença da deputada Celise Laviola e do deputado Virgílio Guimarães (substituindo a deputada Leninha, por indicação da liderança do BDL). Passa-se à 2ª Fase da 3ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento e a votação de requerimentos da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 1.745/2019, da deputada Marília Campos, em que requer seja encaminhado ao Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos e Apoio Comunitário – CAO-DH – do Ministério Público de Minas Gerais,

ao Conselho Estadual de Direitos Humanos – Conedh – e à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – Setop – pedido de providências para a apuração, no âmbito de suas respectivas competências, da denúncia de possível violação de direitos, relatadas por Cleide Pereira Santos, gestante, na 5ª Reunião Extraordinária da comissão, quando foi removida do coletivo a caminho de Esmeraldas por fiscais da Setop e deixada sozinha nas proximidades da BR-040, às 20h30min, pois não poderia continuar a viagem em pé, uma vez que todas as cadeiras prioritárias estavam ocupadas e nenhum passageiro cedeu lugar para que ela se sentasse;

nº 1.746/2019, da deputada Marília Campos, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – Setop – pedido de providências, acompanhado das notas taquigráficas da 5ª Reunião Extraordinária da comissão, para a melhoria no transporte coletivo metropolitano, em especial do Município de Esmeraldas, tendo em vista a situação precária dos coletivos e o alto custo da passagem;

nº 1.748/2019, da deputada Marília Campos, em que requer seja realizada audiência de convidados para debater a autonomia financeira como estratégia para a superação da violência contra as mulheres;

nº 1.749/2019, da deputada Marília Campos, em que requer seja encaminhado ao Comando-Geral da Polícia Militar pedido de providências com vistas à realização de parceria do Serviço de Proteção à Violência Doméstica – SPVD – do 19º Batalhão, no Município de Teófilo Ottoni e região, com o Projeto Mulher Livre de Violência – MLV.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 9 de maio de 2019.

Marília Campos, presidente – Leninha – Ione Pinheiro.

ATA DA 14ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 2/5/2019

Às 15h14min, comparecem na Sala das Comissões as deputadas Leninha e Andréia de Jesus, membros da supracitada comissão. Estão presentes também a deputada Beatriz Cerqueira e os deputados Virgílio Guimarães, Mauro Tramonte e Professor Cleiton. Havendo número regimental, a presidente, deputada Leninha, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofícios do presidente desta Casa, prestando informações sobre o comparecimento das autoridades estaduais às comissões, nos termos da Deliberação da Mesa nº 2.705, de 2019; do Sr. Peixoto Henriques, desembargador, declinando do convite para participar desta audiência pública por força da Lei Complementar nº 35, de 1979 (Lei Orgânica da Magistratura Nacional); deputado Gustavo Valadares, presidente da CPI da Barragem de Brumadinho, encaminhando cópia do Requerimento de Comissão nº 1.017/2019. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Ana Cláudia da Silva Alexandre Storch, defensora pública da Defensoria Especializada em Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais, e Alenice Baeta, arqueóloga e pesquisadora – Cedefes; e os Srs. Luís Gustavo Patuzzi Bortoncello, promotor de justiça da Coordenadoria das Bacias Rio Jequitinhonha e Mucuri; Luiz Paulo Guimarães de Siqueira, coordenador do Movimento pela Soberania Popular na Mineração; Valderes Afonso Ferreira, membro da comunidade quilombola de Queimadas; Matheus de Mendonçal Gonçalves Leite, advogado da Federação das Comunidades Quilombolas de Minas Gerais – N’Golo; Frederico Augusto Alves Gonçalves, doutorando em Geografia e Análise Ambiental pelo Instituto de Geociências da UFMG. A presidência concede a palavra à deputada Andreia de Jesus, autora do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 3 de maio de 2019.

Leninha, presidente.

**ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DE TURISMO E GASTRONOMIA NA 1ª
SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 2/5/2019**

Às 16h14min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Professor Irineu, Gustavo Mitre, Mauro Tramonte e Virgílio Guimarães, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Professor Irineu, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de correspondência do presidente da Assembleia Legislativa, deputado Agostinho Patrus, em que encaminha informações atinentes à execução do disposto no art. 54 da Constituição do Estado, que prevê o comparecimento de autoridades estaduais às comissões para prestar informações sobre a gestão das secretarias, órgãos e entidades do poder executivo. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 1.685/2019, do deputado Mauro Tramonte, em que requer seja formulado voto de congratulações com os fundadores e organizadores do festival gastronômico Sabor de Botequim pela segunda edição do festival, que será realizado de 25/4 a 2/6, em Ribeirão das Neves;

nº 1.691/2019, do deputado Professor Cleiton, em que requer seja formulado voto de congratulações com a empresa WEspanha, na pessoa do Sr. Wellington Espanha Moreira, pela 5ª edição do Festival Gourmet & Cultural de Varginha, ocorrido entre os dias 19 e 21 de abril de 2019;

nº 1.747/2019, do deputado Mauro Tramonte, em que requer seja realizada audiência pública para debater a necessidade de fortalecimento da tradição dos carnavais de rua mineiros para o desenvolvimento do turismo em nosso Estado.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 9 de maio de 2019.

Professor Irineu, presidente – Professor Cleiton – Virgílio Guimarães – Gustavo Mitre.

**ATA DA 15ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA
ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 3/5/2019**

Às 9h43min, comparecem na Sala das Comissões as deputadas Leninha, Beatriz Cerqueira e o deputado André Quintão (substituindo o deputado Betão, por indicação da liderança do BDL), membros da supracitada comissão. Está presente também a deputada Celise Laviola. Havendo número regimental, a presidente, deputada Leninha, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater os impactos das violações de direitos humanos nos municípios afetados pelas atividades minerárias e a atuação da Fundação Renova nesses municípios. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Marta de Freitas, coordenadora do Fórum Sindical e Popular de Saúde e Segurança do Trabalhador – FSPSST; Tatiana Ribeiro de Souza, professora da Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP – e integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas Socioambientais – Gepsa; Claudia Monteiro Teixeira de Oliveira, pescadora no Município de São Mateus (ES); Cecília Ribeiro da Silva, assessora técnica da Cáritas, representando o secretário regional da Cáritas em Minas Gerais; Simone

Maria da Silva, membro da Comissão de Atingidos de Barra Longa; Verônica Medeiros Alagoano, coordenadora da Assessoria Técnica em Barra Longa – Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social – Aedas; Dulce Maria Pereira, professora e esquisadora da UFOP; e os Srs. Helder Magno da Silva, procurador regional dos Direitos do Cidadão da Procuradoria da República no Estado; Guilherme de Sá Meneghin, promotor de justiça da 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Mariana; Rogério Correia, deputado federal; José de Barros Neto, prefeito de Baixo Guandu (ES); Joceli Jaison José Andrioli, dirigente nacional do Movimento dos Atingidos por Barragens; Heider José Boza, membro da Comissão Estadual dos Atingidos por Barragens no Espírito Santo; Thiago Alves da Silva, integrante da Coordenação Estadual dos Movimento dos Atingidos por Barragens de Minas Gerais. A presidência concede a palavra à deputada Beatriz Cerqueira, autora do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Passa-se à 2ª Fase da 3ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento e a votação de requerimentos da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 1.762/2019, das deputadas Leninha, Beatriz Cerqueira e Celise Laviola e do deputado André Quintão, em que requerem seja encaminhado ao presidente e à coordenação do comitê interfederativo da Fundação Renova pedido de informações sobre os critérios adotados pela fundação na contratação dos diversos terceirizados, como advogados e as empresas New Fields, Synergia e BMJ Consultoria, que estão a cargo de implementar as várias atividades relacionadas aos 17 programas socioambientais e aos 21 programas socioeconômicos, bem como de, eventualmente, atuar como auditores externos independentes, ações previstas no termo de transação e ajustamento de conduta – TTAC – que deu origem à fundação;

nº 1.763/2019, das deputadas Leninha, Beatriz Cerqueira e Celise Laviola e do deputado André Quintão, em que requerem seja encaminhado à Vale, à BHP Billiton, à Samarco Mineração e à Fundação Renova pedido de providências para que não adiem, em nenhuma das diversas etapas envolvidas, a implementação das ações previstas nos 17 programas socioambientais e nos 21 programas socioeconômicos, conforme previstas no termo de transação e ajustamento de conduta – TTAC – que deu origem à Fundação Renova;

nº 1.764/2019, das deputadas Leninha, Beatriz Cerqueira e Celise Laviola e do deputado André Quintão, em que requerem seja encaminhado ao presidente e à coordenação do comitê interfederativo da Fundação Renova pedido de informações sobre os gastos realizados, até o momento, com os cartões emergenciais, discriminados mês a mês, bem como os critérios adotados pela fundação na contratação das empresas relacionadas a eles, em todas as etapas envolvidas, desde a distribuição até a utilização;

nº 1.765/2019, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater o trabalho realizado pelo grupo Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade – Poemas –, da Universidade Federal de Juiz de Fora, com o levantamento de informações sobre a Vale, a Mina do Córrego do Feijão, o processo de licenciamento, os impactos do rompimento, os apontamentos de algumas recomendações para diminuição dos riscos de novos crimes na mineração, bem como as violações de direitos humanos nos processos de mineração do Estado;

nº 1.766/2019, das deputadas Beatriz Cerqueira, Andréia de Jesus, Leninha e Celise Laviola e do deputado André Quintão, em que requerem seja encaminhado aos representantes do Estado no comitê interfederativo da Fundação Renova pedido de informações sobre: os critérios e valores de contratação de caminhões-pipa que levam e distribuem água nos Municípios de Itueta, Resplendor e Aimorés; orçamento detalhado destinado à remuneração dos trabalhadores e prestadores de serviço permanentes contratados pela Fundação Renova; orçamento destinado à manutenção ordinária da Fundação Renova, discriminando-se gastos com aluguel e afins e excluindo-se os gastos destinados à implementação dos 17 programas socioambientais e dos 21 programas socioeconômicos previstos no termo de transação e ajustamento de conduta – TTAC – que deu origem a fundação;

nº 1.767/2019, da deputada Celise Laviola, da deputada Beatriz Cerqueira, da deputada Leninha e do deputado André Quintão, em que requerem seja realizada audiência pública para debater a atual situação socioeconômica e socioambiental, sob a ótica

dos direitos coletivos, dos municípios da Bacia do Rio Doce atingidos pelo rompimento da Barragem do Fundão, em Mariana, em 5/11/2015, para a qual sejam convidados os prefeitos desses municípios;

nº 1.768/2019, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer sejam encaminhadas à Prefeitura de Baixo Guandu (ES) as notas taquigráficas da 15ª Reunião Extraordinária, que teve por finalidade debater os impactos das violações de direitos humanos nos municípios afetados pelas atividades minerárias e a atuação da Fundação Renova nesses municípios.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 3 de maio de 2019.

Beatriz Cerqueira, presidente.

ATA DA 16ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 3/5/2019

Às 15h35min, comparece na Sala das Comissões a deputada Beatriz Cerqueira, membro da supracitada comissão. Está presente também a deputada Celise Laviola. Havendo número regimental, a presidenta, deputada Beatriz Cerqueira, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, dar continuidade ao debate, iniciado na 15ª Reunião Extraordinária da comissão, sobre os impactos das violações de direitos humanos nos municípios afetados pelas atividades minerárias e a atuação da Fundação Renova nesses municípios. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Marta de Freitas, coordenadora do Fórum Sindical e Popular de Saúde e Segurança do Trabalhador – FSPSST; Tatiana Ribeiro de Souza, professora da Universidade Federal de Ouro Preto – Ufop – e integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas Socioambientais – Gepsa; Claudia Monteiro Teixeira de Oliveira, pescadora no Município de São Mateus (ES); Cecilia Ribeiro da Silva, assessora técnica da Cáritas, representando o secretário regional da Cáritas em Minas Gerais; Verônica Medeiros Alagoano, coordenadora da Assessoria Técnica em Barra Longa da Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social; Dulce Maria Pereira, professora e pesquisadora da Ufop; Simone Maria da Silva, membro da Comissão de Atingidos de Barra Longa; e os Srs. Helder Magno da Silva, procurador regional dos Direitos do Cidadão da Procuradoria da República no Estado, e Thiago Alves da Silva, integrante da Coordenação Estadual do Movimento dos Atingidos por Barragens. A deputada Beatriz Cerqueira, na condição de presidenta e autora o requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 8 de maio de 2019.

Leninha, presidente – Andréia de Jesus – Coronel Sandro – Bruno Engler – Betão.

ATA DA 9ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 6/5/2019

Às 17h12min, comparece na Sala das Comissões a deputada Beatriz Cerqueira. Havendo número regimental, a presidenta, deputada Beatriz Cerqueira, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater o modelo de privatizações adotado pelo atual governo e as suas consequências para a classe trabalhadora. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. Registra-se a presença

dos deputados Betão e Professor Cleiton. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Eliana Brasil Campos, presidente do Sindicato dos Bancários de Belo Horizonte e Região; Letícia Oliveira Gomes de Faria, integrante do Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB; e Alda Lúcia Fernandes dos Santos, diretora financeira e de administração do Sindicato dos Empregados em Empresas de Transportes Metroviários e Conexos de Minas Gerais – Sindimetro; e os Srs. Jefferson Leandro Teixeira da Silva, coordenador-geral do Sindicato Intermunicipal dos Trabalhadores na Indústria Energética de Minas Gerais – Sindieleto-MG; Anselmo Luciano da Silva Braga, coordenador-geral do Sindicato dos Petroleiros de Minas Gerais – Sindipetro-MG; Gelson Alves da Silva, secretário-geral da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil – CTB-MG; Robson Gomes Silva, secretário de Políticas Sindicais da Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Correios e Telégrafos e Similares – Fentect; Rogério Antônio Expedito, diretor da Secretaria de Coordenação Política do Sindicato dos Trabalhadores Ativos, Aposentados e Pensionistas do Serviço Público Federal no Estado de Minas Gerais – Sindsep-MG –, representando a secretária de Administração e Finanças; Luiz Paulo Guimarães de Siqueira, coordenador do Movimento pela Soberania Popular na Mineração – MAM; Jairo Nogueira Filho, secretário-geral da Central Única dos Trabalhadores – CUT-MG; José Maria dos Santos, presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Purificação e Distribuição de Água e em Serviços de Esgotos do Estado de Minas Gerais – Sindágua-MG; e Rogério Correia, deputado federal. A presidenta, autora do requerimento que deu origem ao debate, passa a tecer suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 8 de maio de 2019.

Celinho Sintrocel, presidente – Betão – Mário Henrique Caixa.

ATA DA 6ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 7/5/2019

Às 9h15min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Beatriz Cerqueira e o deputado João Magalhães, membros da supracitada comissão. Estão presentes também a deputada Leninha e os deputados Carlos Pimenta, Gil Pereira, André Quintão, Betinho Pinto Coelho, Tadeu Martins Leite, Cristiano Silveira, Professor Cleiton, Zé Reis e Virgílio Guimarães. Havendo número regimental, o presidente, deputado João Magalhães, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a debater, em audiência pública, a situação da Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes – e da Universidade do Estado de Minas Gerais – Uemg – diante da reforma administrativa em tramitação nesta Casa. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Lavínia Rosa Rodrigues, reitora da Universidade do Estado de Minas Gerais – Uemg; Simone Medeiros de Carvalho, presidente da Associação dos Docentes da Uemg – Aduemg; Maria Clara Maciel de Araujo Ribeiro, professora da Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes – e representante da Associação dos Docentes da Unimontes – Adunimontes –, representando a presidente; Alice Danielle Silva Proença, presidente do Diretório Central dos Estudantes da Unimontes; Vitória Silva Martins, vice-presidente do Diretório Acadêmico da Uemg – Unidade Divinópolis; e os Srs. Antonio Alvimar Souza, reitor da Unimontes; Leonardo Carvalho Ladeira, assessor de Relações Institucionais da Secretaria de Estado de Educação, representando a secretária; Avilmar Augusto Pereira, diretor do Sindicato Único dos Trabalhadores da Saúde de Minas Gerais – Sind-Saúde; Roberto Camargos Malcher Kanitz, secretário do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior; e Wesley Clen, presidente do Sindicato da Uemg. A presidência concede a palavra à deputada Leninha, autora do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. O deputado João Magalhães retira-se da reunião, e a deputada Beatriz Cerqueira assume a direção dos trabalhos. Registram-se as presenças da Sra. Ilva Ruas de Abreu, vice-reitora da Unimontes, e do Sr. Thiago Torres Costa Pereira, vice-reitor da Uemg. Logo

após, a presidência passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 7 de maio de 2019.

João Magalhães, presidente – Osvaldo Lopes – Sargento Rodrigues – Hely Tarquínio.

ATA DA 5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 7/5/2019

Às 14 horas, comparece na Sala das Comissões o deputado André Quintão. Havendo número regimental, o presidente, deputado André Quintão, declara aberta a reunião e a suspende. A reunião é reaberta sob a presidência da deputada Beatriz Cerqueira, com a presença dos deputados Bartô, Betão, Coronel Sandro e Professor Cleiton, membros da supracitada comissão. Registra-se também as presenças das deputadas Marília Campos, Ana Paula Siqueira, Andréia de Jesus, Leninha e Laura Serrano e dos deputados Hely Tarquínio, Gustavo Valadares, Braulio Braz, Cássio Soares, Celinho Sintrocel, Ulysses Gomes, Noraldino Júnior e Doutor Jean Freire. Nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, a presidência dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater a importância do desenvolvimento da ciência, pesquisa e tecnologia no Estado, por ocasião do lançamento da Frente Parlamentar em Defesa da Ciência, Pesquisa e Tecnologia. A seguir, comunica o recebimento de ofício do deputado Agostinho Patrus, presidente da Assembleia Legislativa, informando que o comparecimento das autoridades estaduais às comissões para prestar informações sobre a gestão das respectivas secretarias, órgãos e entidades, relativas ao primeiro quadrimestre de 2019, ocorrerá no próximo mês de junho. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Sandra Regina Goulart Almeida, reitora da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG; Maria Stella Brandão Goulart, presidente do Sindicato dos Professores de Universidades Federais de Belo Horizonte, Montes Claros e Ouro Branco – APUBH; Silvana Arrivabeni Rizzoli, presidente da Associação Internacional de Competências Empresariais; Zélia Profeta, diretora regional da Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz; Luanna Ramalho, presidente da União Estadual dos Estudantes – UEE-MG; Mariana Bicalho, diretora da Associação Nacional de Pós-Graduandos; Clarisse Barreto Linhares, vice-presidente do Simprominas; Ilva Ruas de Abreu, vice-reitora da Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes; Lavínia Rosa Rodrigues, reitora da Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG; Adelina Reis, secretária regional da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC; Denise de Paula Romano, diretora estadual do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais – Sind-UTE-MG; e Ana Carolina Vasconcelos, estudante da UFMG e integrante do Levante Popular da Juventude; e os Srs. Geraldo Magela da Silva, analista institucional do Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado de Minas Gerais – Ocemg; Teodorico de Castro Ramalho, professor e pró-reitor de Pesquisa da Universidade Federal de Lavras – UFLA, representando o reitor dessa universidade; Valdir Mano, vice-reitor da Universidade Federal de São João Del Rei – UFSJ –, representando o reitor dessa universidade; Sérgio de Aquino, professor da Universidade Federal de Ouro Preto – Ufop, representando a reitora dessa universidade; Cláudio Eduardo Rodrigues, vice-reitor da Universidade Federal do Vale do Jequitinhonha e Mucuri – UJVJM; Paulo Sérgio Lacerda Beirão, diretor de Ciência, Tecnologia e Inovação da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – Fapemig; Mauro Martins Teixeira, membro da Academia Brasileira de Ciências e professor do Instituto de Ciências Biológicas – ICB-UFMG; Sebastião José Nascimento de Pádua, secretário-geral do Sindicato dos Professores de Universidades Federais de Belo Horizonte, Montes Claros e Ouro Branco – APUBH; Evaldo Ferreira Vilela, presidente da Fapemig; Rodrigo Souza Leite, vice-presidente da Fundação Ezequiel Dias – Funed; Estevão Cruz, assessor da deputada federal Margarida Salomão. A presidência concede a palavra ao deputado Professor Cleiton, proponente da criação da Frente Parlamentar em Defesa da Ciência, Pesquisa e Tecnologia. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se

ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 8 de maio de 2019.

Beatriz Cerqueira, presidente – Bartô – Coronel Sandro – Professor Cleiton.

**ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA
ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 7/5/2019**

Às 14h35min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Doutor Jean Freire, Cássio Soares e Sávio Souza Cruz, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Doutor Jean Freire, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 1.692/2019, dos deputados Doutor Jean Freire e Cristiano Silveira, em que requerem seja encaminhada ao governador do Estado manifestação de repúdio pela intempestiva fusão das Secretarias de Estado de Cultura e de Turismo antes da conclusão da tramitação do Projeto de Lei nº 367/2019, que estabelece a estrutura orgânica do Poder Executivo e dá outras providências;

nº 1.693/2019, dos deputados Doutor Jean Freire, Cristiano Silveira e Professor Cleiton, em que requerem sejam encaminhadas à Secretaria de Estado de Cultura as notas taquigráficas da 4ª Reunião Extraordinária, que teve por finalidade debater os impactos negativos da fusão das Secretarias de Cultura e Turismo proposta no projeto de reforma administrativa do atual governo, por solicitação da Casa do Jornalista e do Fórum Permanente de Cultura de Minas Gerais;

nº 1.694/2019, dos deputados Doutor Jean Freire, Cristiano Silveira e Professor Cleiton, em que requerem sejam encaminhadas ao vice-governador do Estado as notas taquigráficas da 4ª Reunião Extraordinária, que teve por finalidade debater os impactos negativos da fusão das Secretarias de Cultura e Turismo proposta no projeto de reforma administrativa do atual governo, por solicitação da Casa do Jornalista e do Fórum Permanente de Cultura de Minas Gerais;

nº 1.695/2019, dos deputados Doutor Jean Freire, Cristiano Silveira e Professor Cleiton, em que requerem sejam encaminhadas ao governador do Estado as notas taquigráficas da 4ª Reunião Extraordinária, que teve por finalidade debater os impactos negativos da fusão das Secretarias de Cultura e Turismo proposta no projeto de reforma administrativa do atual governo, por solicitação da Casa do Jornalista e do Fórum Permanente de Cultura de Minas Gerais;

nº 1.697/2019, do deputado Doutor Jean Freire, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – Setop – pedido de providências para que seja criado um fórum democrático sobre a mobilidade urbana na Região Metropolitana de Belo Horizonte, com a participação de movimentos sociais, parlamentares estaduais e municipais e representantes do bloco Esperando o Metrô;

nº 1.698/2019, do deputado Doutor Jean Freire, em que requer seja encaminhado ao Ministério da Infraestrutura e à Companhia Brasileira de Trens Urbanos pedido de informações sobre os planos e projetos de ampliação do metrô de Belo Horizonte;

nº 1.699/2019, do deputado Doutor Jean Freire, em que requer seja realizada visita à Região do Barreiro, no Município de Belo Horizonte, para ouvir os moradores a respeito da necessidade de extensão do metrô de Belo Horizonte até a região do Barreiro;

nº 1.700/2019, do deputado Doutor Jean Freire, em que requer seja formulada manifestação de repúdio ao Sr. Tarcísio Gomes de Freitas, ministro da Infraestrutura, pelo não comparecimento, nem envio de representante, à 5ª Reunião Extraordinária, que teve por finalidade debater a extensão do metrô de Belo Horizonte até a região do Barreiro, por solicitação do bloco carnavalesco e cultural Esperando o Metrô;

nº 1.701/2019, do deputado Doutor Jean Freire, em que requer seja formulada manifestação de repúdio à Companhia Brasileira de Trens Urbanos pelo aumento de 136% no preço da tarifa do metrô de Belo Horizonte;

nº 1.702/2019, do deputado Doutor Jean Freire, em que requer seja realizada visita às estações de integração de Belo Horizonte para verificar a presença de cobradores atuando nas linhas do transporte público de passageiros;

nº 1.703/2019, do deputado Doutor Jean Freire, em que requer seja realizada visita à Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte – BHTrans – para verificar as condições de fiscalização da presença de cobradores no transporte coletivo da capital;

nº 1.704/2019, do deputado Doutor Jean Freire, em que requer seja realizada visita aos locais onde poderão ser instaladas estações do metrô de Belo Horizonte na expansão até a região do Barreiro para verificar as condições desses locais;

nº 1.705/2019, do deputado Doutor Jean Freire, em que requer seja realizada audiência pública, com a presença do ministro de Infraestrutura e do diretor-presidente da Companhia Brasileira de Trens Urbanos, para debater os planos e projetos de expansão do metrô de Belo Horizonte;

nº 1.706/2019, do deputado Doutor Jean Freire, em que requer seja realizada audiência pública para debater o Plano Municipal de Mobilidade Urbana de Belo Horizonte;

nº 1.709/2019, do deputado Elismar Prado, em que requer seja realizada audiência pública para debater a dívida relacionada ao programa Poupança Jovem, do governo do Estado, com os estudantes de Ribeirão das Neves, na Região Metropolitana de Belo Horizonte;

nº 1.742/2019, do deputado Doutor Jean Freire, em que requer seja realizada audiência pública para debater a qualidade da água oferecida pela Copanor aos Municípios de Leme do Prado e José Gonçalves de Minas, na Região do Alto Jequitinhonha;

nº 1.786/2019, do deputado Doutor Jean Freire, em que requer seja realizada audiência pública para debater o corte de 30% dos repasses às universidades e institutos federais;

nº 1.818/2019, do deputado Doutor Jean Freire, em que requer seja realizada audiência pública para debater a inadimplência do Estado relativa ao pagamento de taxas de condomínio de imóveis no Município de Belo Horizonte;

nº 1.822/2019, dos deputados Doutor Jean Freire e André Quintão, em que requerem sejam informados ao presidente desta Casa os temas que foram indicados pela comissão para serem enfatizados na prestação de informações sobre a gestão relativa ao primeiro quadrimestre de 2019 do secretário de Estado de Governo, em atendimento ao art. 54 da Constituição do Estado: elaboração do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG –, e a revisão, se houver, do Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado – PMDI; e execução das emendas orçamentárias oriundas do processo de discussão participativa do PPAG 2016-2019, revisão para o exercício 2019;

nº 1.824/2019, do deputado Doutor Jean Freire, em que requer seja informado ao presidente desta Casa o tema indicado pela comissão para ser enfatizado na prestação de informações sobre a gestão relativa ao primeiro quadrimestre de 2019 do secretário de Estado de Planejamento e Gestão, em atendimento ao art. 54 da Constituição do Estado: elaboração do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG –, e a revisão, se houver, do Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado – PMDI; e execução das emendas orçamentárias oriundas do processo de discussão participativa do PPAG 2016-2019, revisão para o exercício 2019;

nº 1.831/2019, do deputado Doutor Jean Freire, em que requer sejam encaminhadas ao Ministério da Infraestrutura, à Câmara dos Deputados, à Prefeitura de Belo Horizonte, à Prefeitura de Contagem, à Companhia Brasileira de Trens Urbanos, ao Sindicato de Empregados e Empresas de Transportes Metroviários e Conexos de Minas Gerais e à Associação dos Usuários de Transporte Coletivo da Grande Belo Horizonte as notas taquigráficas da 5ª Reunião Extraordinária da comissão, que teve por finalidade debater a extensão do metrô de Belo Horizonte até a região do Barreiro, por solicitação do bloco carnavalesco e cultural Esperando o Metrô.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 8 de maio de 2019.

Doutor Jean Freire, presidente.

ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 7/5/2019

Às 14h41min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Léo Portela, Professor Irineu e Cleitinho Azevedo, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Léo Portela, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater as condições do prédio da Escola Estadual Alberto Delpino, tendo em vista a paralisação das obras de reconstrução desde 2013. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. É recebido pela presidência, submetido a votação e aprovado o Requerimento nº 1.807/2019, dos deputados Léo Portela, Cleitinho Azevedo e Professor Irineu, em que requerem seja encaminhado ao presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais os seguintes temas a serem enfatizados na reunião para exposição e prestação de contas de gestão do secretário de Estado de Transporte e Obras Públicas, em atendimento ao art. 54 da Constituição Estadual: planos de obras do governo, situação das obras paralisadas e o planejamento para a retomada delas, e a relação do Estado com as obras de seu interesse, como a duplicação da BR-381. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Sônia de Jesus Pereira Santos, diretora da Escola Estadual Alberto Delpino; Elza Aparecida de Souza Pessoa, secretária da Escola Estadual Alberto Delpino; Deise Cristina Monteiro, assessora da Subsecretaria de Administração do Sistema Educacional da Secretaria de Estado de Educação, representando a secretária de Estado de Educação; e os Srs. José Anastácio Júnior, vice-diretor da Escola Estadual Alberto Delpino; Hélio Lopes de Oliveira Filho, diretor de Edificações do Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais DEER-MG –, representando o diretor-geral desse departamento; Juliano Lopes, vereador da Câmara Municipal de Belo Horizonte – CMBH. A presidência concede a palavra ao deputado Professor Irineu, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Registra-se a presença do deputado Mauro Tramonte. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 8 de maio de 2019.

Léo Portela, presidente – Professor Irineu – Neilando Pimenta.



EDITAIS DE CONVOCAÇÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Assembleia Legislativa

O presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião especial da Assembleia para as 20 horas do dia 13 de maio de 2019, destinada a homenagear o Sindibel por seus 30 anos.

Palácio da Inconfidência, 10 de maio de 2019.

Agostinho Patrus, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Extraordinária de Turismo e Gastronomia

Nos termos regimentais, convoco os deputados Gustavo Mitre, Mauro Tramonte, Professor Cleiton e Virgílio Guimarães, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 13/5/2019, às 14 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência pública, debater o desenvolvimento do turismo e da gastronomia em Minas Gerais e as políticas públicas de apoio a esses setores.

Sala das Comissões, 10 de maio de 2019.

Professor Irineu, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública

Nos termos regimentais, convoco os deputados Delegado Heli Grilo, João Leite, João Magalhães e Léo Portela, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 13/5/2019, às 14 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de votar, em turno único, os Requerimentos nºs 928, 1.030 e 1.032/2019, do deputado Sargento Rodrigues, e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 10 de maio de 2019.

Sargento Rodrigues, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Minas e Energia

Nos termos regimentais, convoco os deputados João Vítor Xavier, Guilherme da Cunha, Leonídio Bouças e Ulysses Gomes, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 13/5/2019, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência pública, debater a situação dos níveis baixos em que o reservatório da Usina Hidrelétrica de Furnas tem se mantido nos últimos anos e a viabilidade de se fixar uma cota mínima a ser respeitada pela hidrelétrica.

Sala das Comissões, 13 de maio de 2019.

Repórter Rafael Martins, presidente.



TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 604/2019

Comissão de Agropecuária e Agroindústria

Relatório

De autoria do deputado Virgílio Guimarães, o projeto de lei em epígrafe visa declarar de utilidade pública a Associação Comunitária Rural Estrela Brillhante, com sede no Município de Montes Claros, e foi distribuída às Comissões de Constituição e Justiça e Agropecuária e Agroindústria.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 604/2019 tem por finalidade declarar de utilidade pública a Associação Comunitária Rural Estrela Brilhante, com sede no Município de Montes Claros.

Conforme parecer da Comissão de Constituição e Justiça, o exame da documentação que instrui o processo constatou atendimento integral às exigências mencionadas no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998, que contém os requisitos para que as associações e fundações constituídas no Estado sejam declaradas de utilidade pública.

Quanto ao mérito, de acordo com seu estatuto, a entidade busca, entre outros objetivos, captar crédito rural para expansão da agricultura familiar local; e buscar recursos materiais e humanos para o incentivo à produção agropecuária na comunidade.

Tendo em vista o trabalho desenvolvido pela associação em prol dos produtores da comunidade de Estrela Brilhante, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 604/2019, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 8 de maio de 2019.

Betinho Pinto Coelho, relator.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATO DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 8/5/2019, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou o seguinte ato, relativo ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando Yaci Erica de Oliveira Campos, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Gabinete da Presidência.

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 27/2019

Número do Processo no Portal de Compras: 1011014 57/2019

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que fará realizar em 24/5/2019, às 10 horas, pregão eletrônico do tipo menor preço, através da internet, tendo por finalidade a aquisição de equipamentos e materiais de áudio.

O edital se encontra à disposição dos interessados nos *sites* www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br, bem como na Gerência de Compras, na Rua Martim de Carvalho, nº 94, 5º andar, Bairro Santo Agostinho, Belo Horizonte, onde poderá ser retirado, das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha. Caso os interessados preferam, poderão solicitar cópia eletrônica gratuita do edital, desde que portem mídia própria.

Belo Horizonte, 10 de maio de 2019.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.

AVISO DE LICITAÇÃO**Pregão Eletrônico nº 30/2019****Número do Processo no Portal de Compras: 1011014 62/2019**

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que fará realizar em 27/5/2019, às 10 horas, pregão eletrônico do tipo menor preço, através da internet, tendo por finalidade a contratação de empresa especializada para execução de serviços de impermeabilização em laje com manta asfáltica.

O edital se encontra à disposição dos interessados nos *sites* www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br, bem como na Gerência de Compras, na Rua Martim de Carvalho, nº 94, 5º andar, Bairro Santo Agostinho, Belo Horizonte, onde poderá ser retirado, das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha. Caso os interessados preferam, poderão solicitar cópia eletrônica gratuita do edital, desde que portem mídia própria.

Belo Horizonte, 10 de maio de 2019.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.

**ERRATAS****ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 2/4/2019, na pág. 48, onde se lê:

“Thamiris Costa Mascarenhas”, leia-se:

“Thamiris Costa Mascarenhas Barbosa”.

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 5/4/2019, na pág. 13, onde se lê:

“Denilson Lopes Pereira Oliveira”, leia-se:

“Denilson Lopes Pereira de Oliveira”.

ORDEM DO DIA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 7/5/2019

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 7/5/2019, na pág. 5, no título, onde se lê:

“8ª”, leia-se:

“7ª”.